

PENSAR A EUROPA A PARTIR DO MOVIMENTO DA FILOSOFIA PORTUGUESA

Os movimentos culturais são «um protesto contra o que é morto nas políticas, nas filosofias e nas religiões.»

ANTÓNIO QUADROS.

I - O MOVIMENTO DA FILOSOFIA PORTUGUESA E O SEU IDEÁRIO

1. A partir de 1957, o movimento da filosofia portuguesa ganha uma velocidade especial com o lançamento do «Movimento de Cultura Portuguesa» ou Movimento «57», com o seu órgão próprio, igualmente designado de 57¹, com publicação entre 1957 e 1962. Trata-se da mais bem conseguida manifestação generacional do movimento da filosofia portuguesa depois da publicação, em 1943, da obra *O Problema da Filosofia Portuguesa*, por Álvaro Ribeiro.

O movimento «57» procura inserir-se na dinâmica geral do movimento cultural português, tentando ampliar e completar o que ficara virtual em movimentos como o «Romantismo», a «Renascença Portuguesa», o «Orpheu». No entanto, o que nestes ou noutros movimentos tinha carácter literário, artístico, religioso ou político «surge no "57" e na obra dos seus colaboradores mais representativos, como um sistema de filosofia, a que todas essas manifestações se coordenem, o sistema da

¹ Quando nos referirmos ao Movimento, colocaremos 57 entre aspas, e quando aparecer em itálico designa o respectivo órgão.

A matéria da primeira parte deste artigo já foi objecto de estudo mais desenvolvido na nossa obra *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1991.

filosofia portuguesa.»² Neste sentido, já anteriormente, António Quadros havia criticado o movimento da «Presença», apontando-lhe a ausência de uma interpretação filosófica das obras literárias e artísticas³.

Na pegada do espírito da «Renascença Portuguesa», a luz orientadora do «57» será, por um lado, fundamentalmente «reconduzir o homem português à consciência da sua mais fecunda virtualidade realizadora», pelo conhecimento da sua idiossincrasia e, por outro, propondo teses de índole social, educativa, cultural, mas sempre «religadas a uma teleologia espiritual, que propiciem a libertação da sua energia criadora.»⁴

Como antecedente próximo, o movimento e o respectivo órgão tiveram o seu precursor na revista *Acto*⁵. Foi dirigida por António Quadros e Orlando Vitorino e nela colaboraram, entre outros, Teixeira de Pascoaes (1877-1952), Raul Leal, Cunha Leão, J. Blanc de Portugal, Martins Correia, do lado português. Do Brasil, participaram na revista Augusto Frederico Schmidt, Lêdo Ivo e Luís Washington, este com uma série de entrevistas sobre a crise da Universidade, em que foram auscultados Ortega y Gasset (1883-1955), Sant'Anna Dionísio (1902-1991), Benedetto Croce (1866-1952) e Delfim Santos (1907-1966).

Se o «57» foi o sinal vivo e mais marcante do movimento da filosofia portuguesa, o seu espírito manteve-se viçoso e foi-se renovando, quer através das suas duas gerações posteriores, quer através das várias publicações periódicas, que foram sendo dadas à estampa, como *Espiral*, *Escola Formal*, «Parábola», *Ensaio*, *Leonardo*, *Bárbara*, *Teoremas de Filosofia*⁶.

² António Quadros, «O Mito do Espírito. Breve história do movimento cultural português na época moderna», in *57*, III, 7(1959), p. 9. Mais tarde, já em análise retrospectiva, dirá que «a revista 57 valorizou a reflexão filosófica sobre os valores originais da cultura portuguesa», in *Diário de Coimbra*, Coimbra, 16.09.1982.

³ Cf. António Quadros, «Formalismo, Escolasticismo, Academismo: caminhos do falso universalismo», in *Acto*, Lisboa, 2(1952), p. 46.

⁴ *Id.*, «O Mito do Espírito», art. cit., p. 9.

⁵ Da revista *Acto*, *fascículos de cultura*, publicada em Lisboa, saíram apenas dois números, nos anos de 1951 e 1952.

⁶ Sobre as várias gerações do movimento da filosofia portuguesa e respectivos órgãos, veja-se Elísio Gala, *A Filosofia Política de Álvaro Ribeiro*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1999, pp. 218 e ss.

Remonta há pelo menos três séculos, em Portugal, a tensão entre castiços e estrangeirados⁷, ganhando especial relevo no século XIX, no âmbito da Geração de 70, a disputa entre os defensores do cá-dentro e os que pugnavam pelo lá-fora⁸. Já na segunda metade do século XX, esta problemática expressa-se na disparidade de horizontes entre as visões europeísta e antieuropeísta, embora a evolução dos acontecimentos levasse a uma clara obnubilação desta última postura. Eduardo Lourenço, sobre o papel dos estrangeirados na nossa cultura, simboliza o referido antagonismo de atitudes nas figuras de António Sérgio e os seus discípulos e a de Álvaro Ribeiro e os seus seguidores⁹.

O Movimento «57» pode inserir-se, genericamente, naquela antinomia, centrando o seu enfoque das coisas pelo cá-dentro. Entendiam os seus elementos que a cultura é multifacetada. Pretendiam, por isso, ser *um* (não *o*) Movimento de Cultura, isto é, uma espécie de organismo vivo com determinada direcção e sentido, procurando mover, mudar, deslocar.

2. O âmago das ideias e a orientação do «57» encontram-se nos dois Manifestos publicados, o «Manifesto de 57» e o «Manifesto sobre a pátria»¹⁰.

⁷ Veja-se uma boa resenha desta questão em António Coimbra Martins, no verbete «Estrangeirados», em *Dicionário de História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão, Volume II, Porto, 1981, pp. 466-473.

⁸ Nas conferências do Casino é paradigmática a posição de Antero de Quental, ao afirmar que não é em Lisboa que se pensa, mas em Berlim, em Londres, em Paris.

⁹ Eduardo Lourenço caracteriza assim esse antagonismo de posições: «[...] para António Sérgio os estrangeirados constituem a principal falange de homens livres, de espírito crítico, que tentam colmatar o nosso atraso em relação à Europa pregando e dando o exemplo desse espírito crítico. Para Álvaro Ribeiro os mesmos estrangeirados, ou seus afins, representam ou são eles mesmos a causa da mediocridade cultural herdada enquanto mero reflexo do pensamento europeu dominante - o racionalista-positivista, contrário à essência do pensamento português caracterizada segundo ele pela fidelidades ao aristotelismo. O que para António Sérgio - a persistência do aristotelismo nas nossas Universidades (Coimbra e Évora), nos mergulhou num mar de treva intelectual, como opinara Verney - é para Álvaro Ribeiro um fenómeno cultural positivo digno de apologia.» - Eduardo Lourenço, *Destroços. O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaios*, Gradiva, Lisboa, 2004, p. 149.

Refere seguidamente o mesmo Eduardo Lourenço que, apesar da coerência e convicção que cada um coloca nos seus pontos de vista, afinal eles estão unidos pelo «comum desinteresse pelo efectivo processo cultural português, o desprezo manifesto pela complexidade desse processo, entrevisto por ambos em termos maniqueístas, embora inversos um do outro.»

¹⁰ Publicados no seu órgão, respectivamente, no nº 1 (Maio de 1957) e nº 2 (Agosto de 1957).

O «Manifesto de 57» é pautado por uma dinâmica geral: *conhecer-servir*. *Conhecer* a nossa idiossincrasia, fazendo simultaneamente o diagnóstico da situação nacional. *Servir*, propondo caminhos para ultrapassar os problemas nacionais.

O nó górdio, em Portugal, reside na sua mentalidade dominante, composta por professores, escritores, artistas, que defende a nossa dependência em relação a correntes estrangeiras. Esses sistemas, advindos do exterior, que dão pelo nome de Escolasticismo, Materialismo Dialético, Positivismo, são limitadores por que coarctadores da liberdade. Entre nós, tais correntes de pensamento concretizam-se no criticismo da «Presença», nas correntes historicistas da Universidade, no positivismo católico dos escritores integralistas, no lirismo emocional dos nossos imaturos poetas, no fotografismo dos nossos escritores realistas, no cooperativismo sem antropologia de António Sérgio, no materialismo dos hegelianos que não leram Hegel e não amadureceram as suas teses¹¹. O que falta àquelas correntes? Estudos antropológicos e cosmológicos, aponta o ideário do «57». Sem aqueles estudos estamos no domínio do universalismo, da mesmidade e contra a especificidade das culturas. O Espírito ou a Razão não se realizam universalmente contra as condições espaço-temporais, logo, defende este movimento, as pátrias não são acontecimentos fortuitos derivados de meras circunstâncias histórico-sociais. O homem não é idêntico a si próprio em todos os tempos e em todas as latitudes. A via contrária, a do universalismo, a da massificação, conduz ao sofrimento, ao mal-estar, à guerra, de que são exemplos as tentativas de Carlos V, Napoleão, Hitler e, mais recentemente, da Democracia Universal, do Comunismo Universal, da ONU¹².

Para os vários elementos do «57» era postulado assente que «Não pode haver autonomia política sem autonomia mental e cultural». Este princípio da autonomia mental e cultural é precisamente o filosofema¹³ fundamental do «57», que

¹¹ Cf. «Manifesto de 57», in 57, I, 1(1957), p. 1.

¹² Cf. *Ib.*, p. 2.

¹³ O conceito de filosofema é tomado no sentido em que o define Eduardo Abranches Soveral: «É um problema radical equacionado em termos críticos. [...]. Cada filosofema contém um campo próprio de desenvolvimento, e está implicitamente ligado à totalidade dos filosofemas possíveis mediante uma ordem gnosiológica precisa que nem sempre é patente. Também pode receber várias formulações consoante as determinantes críticas que o geraram» - Eduardo Abranches Soveral,

nos aparece ao longo das teses defendidas no jornal 57, em particular nos dois Manifestos, acima referidos, sob a denominação de ideia de pátria.

Pela ideia de pátria se dá lugar à especificidade, ao diferente. É ela que dá sentido à acção e é por ela que se manifesta a teleologia própria: «[...] é na pátria e pela pátria que o nosso destino será mais do que um esbracejar sem sentido na lama do quotidiano. [...] uma pátria é uma razão viva a mover-se para um fim e não um aglomerado de interesses egoístas»¹⁴. Este é, não um caminho, mas *o* caminho verdadeiro para servir efectivamente o homem, pois «a pátria é a empresa concreta em que todos se unem para um fim entendendo-se e comunicando-se entre si»¹⁵. Seguindo a via contrária resultará impedida a comunicação: «O mundo ou o universo ou **o agregado supra-nacional é a ideia abstracta e vã**, que não conhece um fim superior, que veda o entendimento entre os homens»¹⁶.

Para a aplicação daquele desiderato entre nós, duas correntes se perfilavam, dando substância à via encontrada: o existencialismo e a filosofia portuguesa.

O existencialismo, por considerar o homem como tema central da reflexão filosófica e simultaneamente tender a minimizar as ideias abstractas, os conceitos universais (as essências), a favor das realidades concretas e individuais (as existências), sendo por isso o sistema que deu conteúdo filosófico à ideia de pátria e que melhor interpretou a relação dos homens entre si e dos homens com o cosmos, como necessariamente radicada a sistemas culturais autónomos e específicos. A. N. Whitehead e K. Jaspers são apontados no «Manifesto de 57» como os filósofos que, de uma forma mais sistemática, souberam interpretar a relação dos homens entre si, assim como dos homens com o cosmos, como necessariamente radicada a sistemas culturais

«Pensamento Luso-Brasileiro», in *Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia*, Braga, 1982, pp. 894-895.

¹⁴ «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*

¹⁵ *Ib.*

¹⁶ *Ib.* O negrito é nosso.

autónomos e específicos. Igualmente são apresentados exemplos de pensadores e criadores que enquadraram as suas criações nas coordenadas do espaço e do tempo e nas filosofias nacionais das suas pátrias. Da cultura francesa, registam-se os nomes de Sartre, Camus, Gabriel Marcel e Simone de Beauvoir. Da cultura alemã, apontam-se Hermann Hesse e Ernst Jünger. Da cultura inglesa, indicam-se Priestley e Graham Greene.

A filosofia portuguesa, por ser a corrente filosófica que, entre nós, tem conseguido sistematizar aquela visão do homem, também será o veículo certo de melhor o servir. É a via por excelência, por meio da qual a cultura portuguesa há-de afastar as correntes estrangeiras e reencontrar-se a si mesma. Diz-se, no referido Manifesto, que Sampaio Bruno «pode ser considerado» o fundador da filosofia portuguesa. Como seus «discípulos confessos», no âmbito da «Renascença Portuguesa» e da *Águia*, encontram-se Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes e Fernando Pessoa. Leonardo Coimbra, também discípulo de Bruno, aparece como o cerne da portuense Faculdade de Letras, onde se formaram Álvaro Ribeiro e José Marinho, tidas como «as figuras mais representativas da filosofia portuguesa moderna».

É claro que a ideia de filosofia portuguesa tem intrínseca a defesa de filosofias nacionais, em oposição à perspectiva que defende o carácter, em exclusivo, da filosofia num sentido universal - tema de acesa polémica em época anterior¹⁷, e que mais recentemente teve novos e muito válidos contributos¹⁸, e que, por isso mesmo,

¹⁷ Da vitalidade desse período dá eco António José de Brito, quando, acerca dos argumentos apresentados por ambos os contendores, diz que «Ambos os pontos de vista tiveram defensores inteligentes e veementes, mas pode dizer-se que a ideia de uma filosofia especificamente portuguesa encontrou um grupo de partidários de forte talento e engenho, originando alguns estudos e investigações notáveis» - António José de Brito, «Acerca de um velho tema: a existência da Filosofia Portuguesa», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, XLVI, 4(1990), p. 409. A polémica à volta desta temática teve especial ênfase nas décadas de quarenta a sessenta, com importante eco na imprensa diária, nomeadamente no *Diário Popular*, *Diário de Lisboa*, *O Comércio do Porto* e *Diário Ilustrado*.

¹⁸ Vejam-se os ensaios de Francisco da Gama Caeiro, «A Noção de Filosofia na obra de Manuel Antunes. Em torno ao problema das Filosofias Nacionais», in *Ao Encontro da Palavra*,

torna desnecessária a sua abordagem no presente estudo. Ainda assim, recordaremos aqui o argumento fundamental da defesa das filosofias nacionais e, concomitantemente, da filosofia portuguesa, patenteado no «Manifesto de 57»: «Não é possível servir o Espírito ou a Razão, sem partir das formas antro-po-cosmológicas em que o Espírito ou a Razão se particularizam, isto é, as pátrias»¹⁹. É que «A Verdade não tem fronteiras, a filosofia, porque é via, tem-nas certamente, embora não tanto físicas como espirituais»²⁰. Logo, «O acto do conhecimento surge no encontro da razão com a realidade. E, já o sabem, a realidade é a pátria»²¹, esclarece o «Manifesto sobre a Pátria».

Como se afirma no «Manifesto sobre a Pátria», não há pátria sem filosofia da pátria. Entre nós, vários têm sido os pensadores que lhe têm dado conteúdo e desenvolvimento. No entanto, não lhe tem sido dado ouvidos. Sampaio Bruno, anota-se no referido Manifesto, foi «ignorado». Guerra Junqueiro foi condenado no «tribunal da razão». A Teixeira de Pascoaes «rasgaram» *Os poetas lusíadas* e a *Arte de ser português*. æ voz de Leonardo Coimbra «taparam os ouvidos». A *Mensagem*²² de Fernando Pessoa foi relegada para o último lugar, e o seu autor considerado «um malabarista de palavras, um humorista». Em 1957, este movimento queria fazer

Homenagem a Manuel Antunes, Lisboa, 1985, pp. 9-42; *Id.*, «Filosofia em Portugal' e seu ensino: tópicos para uma reflexão», in *Filosofia*, Lisboa, II, 1-2(1988), pp. 67-82; Onésimo Teotónio Almeida, «Filosofia Portuguesa, Alguns Equívocos», in *Cultura*, Lisboa, IV(1985), pp. 219-255; Manuel Maria Carrilho, «Filosofias, contextos, novidades», in *JL.Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Nº 220(1986), p. 2; Manuel Ferreira Patrício, «Filosofia, indispensável», in *JL.Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Nº 295(1988), p. 7(JE); Ana Maria Moog Rodrigues, «Filosofia Luso-Brasileira e o Problema das Filosofias Nacionais», in *Presença Filosófica*, Rio de Janeiro, 15(1990), pp. 25-30; António José de Brito, *art. cit.*, pp. 409-429. Para um enquadramento mais global desta matéria, vejam-se José Barata-Moura, o capítulo «Tópicos para um panorama da filosofia em Portugal no século XX», da sua obra *Estudos de Filosofia Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 1998, pp. 249-281 e Pedro Calafate, «Figuras e ideias da filosofia portuguesa nos últimos 50 anos», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, LI, 2(1995), pp. 355-376, e a Segunda Parte, intitulada «Sob o Signo do Magistério de Leonardo Coimbra», da obra colectiva *História do Pensamento Filosófico Português*, Volume V, Tomo 1, Direcção de Pedro Calafate, Caminho, Lisboa, 2000, pp. 167-259; Henrique Jales Ribeiro, «A “Filosofia Portuguesa” e o “Estado Novo”: Das Implicações Ideológicas, Políticas e Outras da Filosofia em Portugal no Século XX», in *Biblos*, n. s. III(2005), pp. 129-153.

¹⁹ «Manifesto de 57», *art. cit.*

²⁰ «Manifesto sobre a Pátria», *art. cit.*

²¹ *Ib.*

²² António Quadros, director do jornal 57, considera a *Mensagem* como «a Bíblia da portugalidade assumida em transcendência» - António Quadros em AAVV, *Que cultura em Portugal nos próximos 25 anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, p. 205.

reviver e dar continuidade a esta filosofia, que deveria ser fonte de inspiração para os representantes da nossa pátria. Isto é, a potencial teleologia da nossa pátria irá passando a acto na medida em que se dê continuidade às obras dos três grandes poetas, em que «o único herói é a pátria portuguesa» e não um homem individual. São esses poemas *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, *A Pátria*, de Guerra Junqueiro e *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Pelo caminho e movimento da ideia de pátria se irá na direcção da redenção - o grande objectivo final.

Os elementos do «57» admitem que, um dia, a pátria do homem venha a ser o próprio universo - ideia presente no pensamento filosófico de Sampaio Bruno²³. Mas esses tempos estão tão longínquos, que hoje só se pode ter em conta a ideia de pátria. Ou seja, no tempo presente, o nacionalismo cultural é sinónimo de paz e liberdade, enquanto o universalismo conduzirá à guerra e à discórdia entre os povos.

Dada a pertinência caracterizadora do «57» e, num sentido mais lato, do ideário e acção do movimento da filosofia portuguesa, dada pelo testemunho pessoal do seu principal dinamizador, não deixamos de apresentar um depoimento que cordialmente nos foi remetido, a solicitação nossa, por António Quadros:

UM TESTEMUNHO SOBRE O «57» - 28 ANOS DEPOIS

Uniam-nos: o sermos ou considerarmo-nos discípulos de Álvaro Ribeiro e de José Marinho, com quem nos encontrávamos diariamente na velha Brasileira do Rossio; o assumirmos, com eles e por eles, a herança de Leonardo Coimbra, de Teixeira de Pascoaes, de Fernando Pessoa e da Renascença Portuguesa; o de termos tomado consciência de que a respiração, a vida e o futuro do ser de Portugal, não passavam apenas pela obediência aos seus valores tradicionais ou ao contrário pela atitude progressista e estrangeirada, mas principalmente pela filosofia, e, no concreto envolvente, pela capacidade de o pensar, ao ser de Portugal, na sua substância e na sua teleologia própria.

A campanha da filosofia portuguesa foi feita a vários níveis, entre os quais avultou a convicção, entre todos nós ponto assente, de que não pode haver autonomia política sem autonomia mental e

²³ Ideia no mesmo sentido foi defendida, quer pelo grande escritor Jorge Luís Borges, quer pelo etólogo e Prémio Nobel da Medicina, Konrad Lorenz, quando afirmam que o homem, neste estágio de desenvolvimento da humanidade, ainda não merece viver sem leis.

cultural. Muito divergimos uns dos outros em diversos aspectos, mas aqui estávamos de acordo.

O que nós já víamos, em 1957, era que Portugal estava a perder rapidamente a sua autonomia mental. Álvaro Ribeiro observara-o mais cedo quando, ao escrever em 1943 O Problema da Filosofia Portuguesa, partira da seguinte análise: as comemorações dos Centenários em 1940 tinham sido predominantemente historicistas e nacionalistas. Onde estava o pensamento teleológico português, capaz de insuflar dinamismo às instituições, ao ensino ou à cultura vigente? Onde a adequação do acto individual a um telos nacional e deste a um eschaton universal? A Universidade, a nossa Universidade positivista, materialista e estrangeirada era a grande acusada. O que podia prever-se, e nós repetimo-lo até à saciedade nos nossos manifestos e livros, era que a descaracterização do nosso ensino e da nossa cultura nos iriam conduzir rapidamente à paralisia, levando-nos a ser governados pelos mitos, pelas utopias e pelos interesses dos outros.

Tínhamos infelizmente razão. O predomínio entre nós de um pensamento estrangeirado, que Fernando Pessoa já diagnosticara como uma forma de provincianismo mental, arrastou consigo o primado dir-se-ia que absoluto das ideologias internacionalistas ou, podemos dizê-lo, dos poderes imperialistas alheios, vestidos de internacionalismos ou de fictícios universalismos.

Consciente ou inconscientemente, as nossas classes intelectual, professoral e política, completamente afastadas da linha que nós perconizávamos, foram agentes do encolhimento português, do esvaziamento da nossa substância intelectual e psicológica, do abandono do nosso dinamismo teleológico virtual, até chegarmos ao grau zero da portugalidade, em que nos encontramos hoje. Éramos pátria, aspiramos a ser província. A nossa finisterra foi a cabeça da Europa, o rosto com que ela fita o mar, o mundo e o futuro, hoje é a sua periferia menos independente, menos autónoma, menos senhora de si, menos convicta do seu direito à existência.

Tínhamos razão, mas no imediato perdemos. Perdemos, como já tinham perdido no seu tempo o Nobre e o Bruno, o Leonardo e o Pascoaes, o Pessoa e o Almada, o Marinho, o Álvaro ou o Agostinho da Silva.

Quantos entre nós, neste século, representaram o espírito português, parecem hoje ter perdido a sua aposta na regeneração nacional. Ao contrário, a degenerescência é o nosso lote. Teremos escrito a nossa mensagem na areia, ou não era ainda a hora? Esta é dos filhos de António Sérgio e de Marx, os grandes vitoriosos que nos trouxeram ao estado de ruína intelectual, moral, económica e política em que nos encontramos. Mas é um período, creio apesar de tudo, que está a chegar ao fim!

Desapareceremos para sempre do mapa, como dizem os augures da desgraça, ou acabará enfim por vencer a razão portuguesa, a filosofia portuguesa, o pensamento de Portugal, expresso afinal pelos melhores, de entre os portugueses deste século?

Nós, homens do «57», cada um de nós com a sua evolução intelectual própria e já distante daqueles tempos, continuamos a lutar por esta última alternativa, ou seja, pela vitória do espírito português.

Apanhados como fomos por um período previsivelmente dilacerante em que a maioria das pessoas, mesmo ou sobretudo as classes intelectuais e políticas, mostraram a sua impreparação mental, a sua incapacidade de pensar, a inadequação dos seus desejos de poder e de mudança a uma filosofia efectivamente libertadora e regeneradora do homem português, temos graças a Deus a quem passar o testemunho, entre os novos. E é a esperança que resta...

ANTÓNIO QUADROS
20 de Julho de 1985.²⁴

II - A VISÃO DA EUROPA

1. Em campo oposto ao da ideia de pátria, e concomitantemente como via a rejeitar, encontra-se o pensamento estrangeirado - que Fernando Pessoa diagnosticara como uma «forma de provincianismo mental» - veiculador de ideologias internacionalistas, geradoras de, explícita ou implicitamente, *poderes* imperialistas estranhos. Então, como antídoto a esta mentalidade, muito difundida entre nós, e concretizada de uma forma especial na vaticinada integração de Portugal na, ao tempo incipiente, Comunidade Económica Europeia, responde o «57» no último número do seu órgão, com os ensaios «Integração Europeia ou Integração Portuguesa?» e «Europa ou Portugal? Que Europa? Que Portugal?»²⁵, este último da autoria de António Quadros. Ao longo de alguns sinais, em periódicos ligados ao movimento da filosofia portuguesa, manifestados até ao presente, vamos conhecendo a forma como a Europa é pensada por este movimento. É o que faremos de seguida.

No último número do 57 (Junho de 1962) é dado o mote, que não terá grandes derivações apesar do decurso histórico. É colocada a grande dúvida sobre a (im)possibilidade de conciliação entre a integração europeia e a integração nacional,

²⁴ Este testemunho, que guardamos, foi-nos enviado passado à máquina e nele foram feitas algumas correcções manuscritas. Tivemos ocasião de o publicar nas Actas do Colóquio, *Álvaro Ribeiro e a Filosofia Portuguesa*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1995, pp. 61-68.

²⁵ Cf. 57, VI, 11, Junho(1962).

esta substanciada por uma filosofia da pátria. Em 1962, o editorial do 57, intitulado «Integração Europeia ou Integração Portuguesa?», é iniciado por estas palavras:

«Perante o anúncio de negociações acerca da eventual participação de Portugal no Mercado Comum Europeu, os portugueses conscientes de que é, significa e vale a sua pátria interrogam-se sobre o sentido positivo que poderá ter a adesão portuguesa a tal movimento e sobre a possibilidade de coordená-la com uma integração nacional.»²⁶

Aquela dúvida depressa é dissipada quando, seguidamente, é referido que o «pensar e agir lusíadas» e a «superior missão portuguesa no mundo» têm sempre negado e até transcendido quaisquer «arranjos ocasionais» de cariz continentalista. Ou seja, a transcontinentalidade de Portugal - sendo nação europeia, também o é africana, asiática e oceânica - impede-o de se confinar a um destes continentes. Portanto, estes são os três postulados fundamentais: há um pensar e agir lusíadas; existe uma superior missão portuguesa no mundo; Portugal é transcontinental.

O cerne da questão é colocado deste modo: entre povos com tão diferentes estruturas étnicas, políticas e sociais, assim como com os seus diferentes costumes, línguas e filosofias, a almejada unidade só será possível pelo nível da mediocridade ou, então, pelo domínio descaracterizador dos economicamente mais fortes²⁷.

António Quadros, no âmbito desta reflexão sobre a Europa, começa por sublinhar que o mérito do movimento da filosofia portuguesa em geral, e do «57» em particular, tem estado no pensar livre, no filosofar libertado, no reflectir independente. Depois, toma o conceito de conflito, que se tem exprimido de diversas formas no decurso dos últimos séculos, para referir que a questão europeia é a sua manifestação mais recente na pátria portuguesa. Esse conflito era equacionado, na década de sessenta, desta forma: «Portugal é uma nação europeia ou é uma pátria trans-europeia?»²⁸. António Quadros, consentaneamente com o ideário do pensamento geral

²⁶ *Ib.*, p. 1.

²⁷ *Cf. Ib.*

²⁸ *Ib.*, p. 13.

do movimento, deslinda a questão: «Num país cujo sentido histórico, ao longo de oito séculos, foi o da descoberta do mar e do ultramar, natural seria que a ideia exclusivamente europeia parecesse estreita e limitativa.»²⁹

2. Dois anos após o último número do 57, em 1964, é publicado o primeiro número da revista *Espiral*, dirigida por António Quadros, e igualmente órgão do movimento da filosofia portuguesa. No seu editorial, intitulado «Espiral», é feito um apelo à necessidade de reflectir - para saber - sobre para onde se desloca o foco criador que, pela cultura, melhor promove o dinamismo da civilização. Como representante de um movimento filosófico, já com reflexão sobre o assunto, este órgão admite que, no plano pragmático, a reacção contra os países mais poderosos (França, Inglaterra e Alemanha) poderia aconselhar a construção de uma unidade europeia. No entanto, advertem, a «tensão cultural» existente entre essas nações, «por enquanto» (aspecto importante e novo em relação ao 57) não mostra como e quando poderá ser ultrapassada:

«A propositura de uma unidade europeia, ideia nascida depois da última guerra, afigura-se-nos porventura eficaz nos planos pragmático, económico e social, como reacção contra a tendência possessiva dos blocos industrial e politicamente poderosos, mas a tensão cultural entre as formas de pensamento dominantes e antagónicas entre si, nos países que a centralizam ou centralizariam, a França, a Inglaterra e a Alemanha, não mostra por enquanto como e quando poderá ser libertada e transcendida.»³⁰

Igualmente se chama a atenção para que a defesa, entre nós, do intercâmbio cultural com a Europa não seja, afinal, um esquema de subtil empobrecimento do espírito, em que uns falam sem ouvir, e outros ouvem sem falar³¹.

Embebidos no mesmo espírito da filosofia portuguesa, após o término de uns órgãos-periódicos, outros se lhe vão sucedendo, dando eco da vitalidade e

²⁹ *Ib.*

³⁰ «Espiral», in *Espiral*, Lisboa, 1(1964), p. 5.

³¹ Cf. *Ib.*, p. 7.

perenidade - até ao presente - deste pensamento. É assim que, em 1977, vem a lume o primeiro número da revista *Escola Formal*, conjuntamente dirigida por Afonso Botelho e Orlando Vitorino.

No editorial do número de lançamento, intitulado «Portugal e as Europas», claramente se afirma que não estão contra a integração de Portugal na Europa ou, de uma forma mais esclarecedora, contra a conjugação entre as políticas portuguesa e europeia. No entanto, radicados em texto de José Marinho³², que aponta a fractura, no século XVI, entre a Europa central e a Europa periférica, a propósito deixam algumas interrogações: «A qual delas vamos pertencer? Àquela a que desde sempre por força de imperativos irreduzíveis - geográficos, históricos, civilizacionais - pertencemos, ou à outra? Para pertencermos à primeira, temos de continuar a ser uma pátria. Para pertencermos à segunda, teremos de deixar de ser uma pátria?»³³

Sobre a onda geral da construção europeia, já nessa altura incipientemente balanceada para a Europa dos Quinze, é muito pertinente que haja uma interrogação sobre o facto de a economia ser a locomotiva e a aglutinadora de todo o processo. Assim como o facto de o andamento da edificação europeia ser apoiado por uma significativa maioria não lhe deve dar o estatuto de inquestionável:

«O projecto de integração agora adoptado assenta numa ideia "edificante", ou útil, capaz de concitar o aplauso de todos aqueles, que são a esmagadora maioria, cujas finalidades coincidem com os interesses mais imediatos, também mais efêmeros, e que ignoram evidentemente, que o êxito de uma teoria que serve os intentos práticos de mente limitada no tempo iludido não tem garantias de perenidade nem de amplitude. Tais intentos práticos ou finalidades úteis articulam-se em razões económicas. Mas como se sabe, as razões económicas só *a posteriori* são razões.»³⁴

É interessante que Álvaro Ribeiro, a propósito da ideia de pátria e das suas constantes ameaças pelas premissas de um universalismo abstracto, cogitasse, já

³² Texto extraído da sua obra *Verdade, Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo*, Lello, Porto, 1976, p. 180.

³³ «Portugal e as Europas», in *Escola Formal*, Lisboa, 1(1977), p. 9.

³⁴ *Ib.*

em 1977, a hipótese da existência de uma **Constituição Europeia**, sobre a qual - e sobre outras normas jurídicas europeias - considerou que «Portugal minora ou altera a sua ideia de Pátria na medida em que conforma a sua fisionomia espiritual a convenções jurídicas que não elaborou nem redigiu, mas que é obrigado a subscrever.»³⁵

Depois da publicação, a partir de 1980, de alguns números da revista *Ensaio*, surge a revista *Leonardo* (1988-1989), onde é abeirada, embora sem grande extensão, a problemática da construção europeia. Tal como já se havia insinuado em periódicos anteriores ligados ao movimento da filosofia portuguesa, aqui aparece com toda a clareza a ideia de que a «fantasia da "mentalidade europeia"», veiculada pelos estrangeirados portugueses, não passa de um artifício, sob o qual o pensamento germânico se insinua entre nós³⁶. A questão da mentalidade europeia, agora enfocada como «ilusão», continua presente nos editoriais seguintes, nomeadamente quando se alude à sua influência na acção política, económica e cultural daqueles que norteiam os destinos de Portugal³⁷.

No mesmo periódico, Pinharanda Gomes, um dos elementos mais prolixos dentro deste movimento, não se desvia do tom da orientação geral: «Criado na igualdade, o homem constrói-se na diferença. Todos nascemos *iguais*, mas todos somos *diferentes*, por isso que desiguais nos erigimos. Sabemos da igualdade no contraste da diferença, concebemos a diferença no padrão da igualdade.»³⁸ Portanto, toda a edificação europeia que queira convergir para a unicidade e não dê lugar à diferença, dimensão fundamental na construção do homem, é via rejeitada por estes pensadores.

³⁵ «Ainda temos Pátria?», in *Ib.*, 4(1977), p. 12.

³⁶ «Escola Formal, Escola Portuguesa», in *Leonardo*, Lisboa, 2(1988), pp. 1 e 3. Já no primeiro número desta revista é expressa uma posição de cariz germanófilo ou, pelo menos, contra a subserviência perante o pensamento germânico: «Depois de frustrada a tentativa de silenciar, repudiar e ignorar as ideias, os conceitos e as teses dos pensadores portugueses, a cultura institucional procura, na actualidade, absorver na escolástica alemã a que é servil, para as iludir e desfazer, as obras e até o nome desses pensadores» - «Leonardo, uma revista de geração», in *Ib.*, 1(1988), p.1.

³⁷ Cf. «Chaves para a Constituição do Quinto Império», in *Ib.*, 3(1988), p. 1.

³⁸ Pinharanda Gomes, «Philosophia Restituta», in *Ib.*, 1(1988), p. 13.

É relevante que num dos números da *Leonardo* seja publicada uma longa entrevista com Garcia Domingues (1910-1989). Para além de Licenciado em Ciências Histórico-Filosóficas e uma das maiores autoridades portuguesas no domínio do pensamento árabe, ele é apresentado como aquele que «introduziu em Portugal a filosofia germânica contemporânea». Assim, dada a decantada subserviência perante o pensamento alemão, e dado o anotado papel de Garcia Domingues na sua veiculação entre nós, as suas posições são vistas com redobrada atenção. É assim que, Garcia Domingues, depois de humorizar com a Comunidade Económica Europeia (ao tempo, assim designada), como se fosse «a nova descoberta» e de se opor às teses defendidas por J. Delors, remata prognosticando desgraças e tragédias se se vierem a criar os Estados Unidos da Europa:

«Não discordo da adesão de Portugal à CEE, mas a criação dos Estados Unidos da Europa é uma ideia fatal para as tradições dos povos e dos pequenos Estados. Um governo central na Europa fará desaparecer por completo as unidades culturais de todo o velho Continente. A ideia dos EUE se se concretizar marca o início de a outra história, uma história de desastres.»³⁹

Mais adiante no tempo, em 1997, é dado à estampa um novo periódico, intitulado *Bárbara. Revista Liberal*. No número de lançamento, o seu director, Gonçalo Magalhães Colaço, em artigo de epílogo daquele volume, sob o título interrogativo de «Portugal ainda existe como Pátria?», retoma a muito estimada ideia de pátria, para afirmar que se é inegável a existência de Portugal como Nação, República e Estado, outro tanto não se poderá dizer de Portugal como Pátria. Sinal disso será a progressiva decadência nacional: «Existimos como cultura, afirmamo-lo, mas dominados ainda por um mecénico positivismo na ciência, por um abstracto subjectivismo na psicologia e um sociológico relativismo na filosofia, a consequência parece não poder deixar de ser senão progressiva e inevitável decadência civilizacional.»⁴⁰

³⁹ *Leonardo*, 4(1988), p. 31.

⁴⁰ Gonçalo Magalhães Colaço, «Portugal ainda existe como Pátria?», in *Bárbara. Revista Liberal*, Lisboa, 1(1997), p. 32. Neste contexto, é reafirmado o destino de cada pátria: «Importa por isso mesmo, ter plena consciência de tudo quanto se suspende da noção de Pátria enquanto entidade

Finalmente, o último órgão que dá expressão pública ao movimento da filosofia portuguesa é a revista *Teoremas de Filosofia*, editada no Porto e dirigida por Joaquim Domingues e Pedro Sinde. Iniciou a publicação no ano de 2000 e mantém uma edição regular. Não encontramos aí reflexões sobre a temática europeia. A excepção reside num artigo de Carlos Aurélio, intitulado «Mapa Metafísico da Europa». Nesse ensaio - composto por excertos de um livro inédito - o autor encara a Europa antropomorficamente, tomando arrimo em Camões e Fernando Pessoa, em que o «rosto» da Europa corresponde ao território português. No mesmo horizonte de perspectivas, o ensaísta divaga sobre algumas nações europeias e sua substância: «Rússia: O Reino»; «Alemanha: O Fundamento»; «Grécia: O Esplendor»; «Escandinávia: A Vitória»; «França: A Beleza»; «Itália: O Rigor»; «Inglaterra: A Clemência»; «Andaluzia: A Inteligência.»⁴¹

CONCLUSÕES

1. A acção do movimento da filosofia portuguesa tem sido meritória. Concebendo a filosofia como uma arte - nas palavras de João Ferreira⁴² -, pautada por balizas muito menos estreitas do que aquelas que determinada crítica quer fazer crer,

espiritual, chamada cada uma a **cumprir um destino singular e único** no mundo que, pelo saber de si, assim se reflectirá no Direito, cuja finalidade é a realização da substancial Justiça; na Arte, cuja finalidade é a afirmação da essencial Liberdade; e na Educação, cuja finalidade é a real vinculação do homem à principal Individualidade» - *Ib.* (o negrito é nosso).

⁴¹ Cf. Carlos Aurélio, «Mapa Metafísico da Europa», in *Teoremas de Filosofia*, Porto, 7(2003), pp. 3-14.

⁴² Segundo João Ferreira «O grupo da "filosofia portuguesa" concebe a filosofia como uma arte. É anti-positivista, anti-materialista e anti-historicista. Aceita postulados teodiceicos e religiosos, mas aconfessionais. É interiorista (dum interiorismo dinâmico, por oposição ao estaticismo cousista do positivismo). É racionalista, enquanto julga a razão como suprema norma do conhecimento e como infinito meio de redenção. É futurista e messiânico, na linha profética de Sampaio Bruno, Fernando Pessoa e Guerra Junqueiro. É evolucionista (em sentido espiritual: a filosofia é destinada a activar a reflexão do homem, ajudando-o a redimir-se). É simbolista: a sua metafísica ou estrutura categorial é feita de bases simbólicas (interessam-lhe pouco as ideias hipostasiadas, fundamentadas ou historicizadas); interessam-lhe as imagens sonhadas, míticas (...). Outra característica do grupo é a denodada defesa que faz da cultura atlântica, pondo em foco a sua especificidade e a sua supremacia sobre outras culturas» - João Ferreira, *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Franciscana, Braga, 1965, p. 22.

tem orientado a sua actividade num tríplice aspecto: dar primazia à filosofia portuguesa sobre outras formas de pensamento; fazer o levantamento do acervo filosófico português e dar-lhe a devida valorização; radicar e individualizar o nosso modo específico de pensar⁴³.

2. Poder-se-á falar em anacronismo das teses do movimento da filosofia portuguesa, especialmente as produzidas no âmbito do «57»? Em tempos de globalização, pugnar pela ideia de pátria e fazer a defesa da filosofia quando a época é de fuga diante do pensamento não parece colher ventos favoráveis. Salvador Dalí defendeu que «a única forma de chegar ao universal era ser ultralocal». Conjugando esta afirmação com a ideia de pátria, poder-se-á concluir que quem for humano na sua terra e na sua pátria, será humanista para todo o mundo. É que ser humanista em sentido abstracto, poderá ficar apenas nesse nível.

3. Num tempo em que tanto se pugna pelo indivíduo, em que tanto se defende o multiculturalismo, o multilinguismo, o direito à opinião, na prática assiste-se a tentativas de dissolução do sujeito e as culturas a perderem as suas especificidades. Ou seja, há um querer uniformizar, uma tendência para a calibração. Então, no espírito do movimento da filosofia portuguesa, poder-se-á perguntar se a via mais acertada será a da unicidade ou a da diversidade das culturas?

4. A velha questão do Iberismo regressou. O próprio director do *Expresso* - o semanário de maior expansão em Portugal -, em inícios de 2004 (7 de Fevereiro), veio defender a integração de Portugal na Espanha⁴⁴. Tal opinião levou à abertura de uma página de debate no próprio jornal. Questão: numa altura em que o

⁴³ Cf. António Quadros, «O Homem Português», in AAVV, *Que Cultura em Portugal nos Próximos 25 Anos?*, Lisboa, 1984, pp. 198-199.

⁴⁴ O tema era abordado de forma interrogativa: «Há condições para o país continuar a ser independente? Ou será inevitável integrarmo-nos na Espanha?»

País Basco, a Catalunha, a Galiza, procuram separar-se de Madrid, vamos nós trocar uma pátria por uma província?

5. O movimento da filosofia portuguesa tem tido o mérito de chamar a atenção para os valores nacionais e para a respectiva reflexão filosófica. Nesse sentido, tem tomado posições frontais contra quaisquer seguidismos e mimetismos, sobretudo a amouca nacional atitude em relação ao lá-fora. Mas há também a considerar o seguidismo da Europa, que se revela quando criticamos os Estados Unidos da Europa e estamos constantemente a tentar imitá-los, não mostrando criatividade para fazer e seguir o nosso próprio caminho. O velho Continente estará mesmo velho e caduco? Ou teremos que seguir o caminho feito por outros, contrariando a sabedoria de António Machado, que afirma «Caminheiro não há caminho. O caminho faz-se caminhando»?

6. A ideia de pátria não é um conceito meramente operatório. Embora ele tenda a coincidir com o de nação, esta, no dizer de Jorge Miranda, «corresponde a um conceito cultural, onde ressaltam elementos intelectuais, [enquanto] a pátria assenta toda em elementos de afectividade.»⁴⁵

Quando se fala em «depressão nacional» ou em «recuperação nacional», é o conceito de pátria que está subjacente, muitas vezes ilidindo elementos de ordem económica. Apesar disso, é evidente que a globalização avança e a uniformização parece querer tomar lugar. Aos homens do movimento da filosofia portuguesa (mesmo raiando o limite da sensatez quando se exaltam os valores nacionais) resta-lhes aquilo que têm praticado: uma atitude de resistência.

7. A vida e o seu porvir são o que há de mais imprevisível. Nada na vida é definitivo. Por maioria de razão, a construção da agora chamada União Europeia ou, eventualmente, Estados Unidos da Europa, não sabemos no que vai dar. Primeiro,

⁴⁵ Jorge Miranda, «Pátria», in *Enciclopédia Verbo. Edição Século XXI*, vol. 14, Lisboa/São Paulo, 2002, cl. 370.

há pelo menos cinco países (Inglaterra, Holanda, Luxemburgo, Espanha e Itália) que vão referendar a designada Constituição Europeia⁴⁶. Que se seguirá se o referendo for negativo? E se for aprovada a Constituição, onde está o sujeito constituinte, o povo europeu?

Alerta pertinentemente o sociólogo António Barreto, como que avivando a memória: «Criou-se um mito, em Portugal, de que a democracia é eterna, que o Estado de Direito é eterno, que o Estado de protecção social é eterno, que a Europa é eterna... Nada disto é eterno. Nunca foi.»⁴⁷ Portanto, a Europa, não sendo um dado mas um projecto, está num estado de aventura cheio de imponderáveis.

BIBLIOGRAFIA GERAL UTILIZADA

AAVV, *Álvaro Ribeiro e a Filosofia Portuguesa*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1995.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio, «Filosofia Portuguesa, Alguns Equívocos», in *Cultura*, Lisboa, IV(1985), pp. 219-255.

BARATA-MOURA, José, «Tópicos para um panorama da filosofia em Portugal no século XX», in *Id.*, *Estudos de Filosofia Portuguesa*, Caminho, Lisboa, 1998, pp. 249-281.

BARRETO, António, in *Diário Económico*, Lisboa, 2004-04-19.

BRITO, António José de, «Acerca de um velho tema: a existência da Filosofia Portuguesa», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, XLVI, 4(1990), pp. 409-429.

CAEIRO, Francisco da Gama, «A Noção de Filosofia na obra de Manuel Antunes. Em torno ao problema das Filosofias Nacionais», in *Ao Encontro da Palavra, Homenagem a Manuel Antunes*, Lisboa, 1985, pp. 9-42.

_____, «'Filosofia em Portugal' e seu ensino: tópicos para uma reflexão», in *Filosofia*, Lisboa, II, 1-2(1988), pp. 67-82.

CALAFATE, Pedro, «Figuras e ideias da filosofia portuguesa nos últimos 50 anos», in *Revista Portuguesa de Filosofia*, Braga, LI, 2(1995), pp. 355-376.

⁴⁶ O Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, afirmou que um «não» dos britânicos no referendo sobre a Constituição Europeia poderá ter «consequências graves» para o Reino Unido (Cf. *Público*, 2004/05/02). A questão que se coloca é a de saber se essas graves consequências serão apenas para o Reino Unido.

⁴⁷ António Barreto, in *Diário Económico*, Lisboa, 2004.04.19.

- CARRILHO, Manuel Maria, «Filosofias, contextos, novidades», in *JL.Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Nº 220(1986), p. 2.
- FERREIRA, João, *Existência e Fundamentação Geral do Problema da Filosofia Portuguesa*, Editorial Franciscana, Braga, 1965.
- GALA, Elísio, *A Filosofia Política de Álvaro Ribeiro*, Fundação Lusíada, Lisboa, 1999.
- GAMA, Manuel, *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1991.
- LOURENÇO, Eduardo, *Destroços. O Gibão de Mestre Gil e Outros Ensaio*s, Gradiva, Lisboa, 2004.
- MARINHO, José, *Verdade, Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo*, Lello, Porto, 1976.
- MARTINS, António Coimbra «Estrangeirados», in *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, vol. II, Porto, 1981, pp. 466-473.
- MIRANDA, Jorge, «Pátria», in *Enciclopédia Verbo. Edição Século XXI*, vol. 14, Lisboa/São Paulo, 2002, cl. 370.
- PATRICIO, Manuel Ferreira, «Filosofia, indispensável», in *JL.Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Nº 295(1988), p. 7(JE).
- QUADROS, António, «O Homem Português», in AAVV, *Que cultura em Portugal nos próximos 25 anos?*, Verbo, Lisboa, 1984, pp. 185-211.
- RODRIGUES, Ana Maria Moog, «Filosofia Luso-Brasileira e o Problema das Filosofias Nacionais», in *Presença Filosófica*, Rio de Janeiro, 15(1990), pp. 25-30.
- SOVERAL, Eduardo Abranches, «Pensamento Luso-Brasileiro», in *Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Filosofia*, Braga, 1982, pp. 894-895.

MANUEL GAMA
Universidade do Minho